



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA Nº 029/2020

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, em Teresina, Capital do Estado do Piauí, às oito horas, em Sala de Sessão Virtual – Plataforma Microsoft Teams, reuniu-se ordinariamente a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, sob a presidência do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, presentes ainda, a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo e o Procurador Marcio André Madeira Vasconcelos. Lida e aprovada a ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE: Não houve.

PROCESSOS JULGADOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

DECISÃO Nº 526/2020. TC/005907/2017. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA P.M. DE AVELINO LOPES/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. *Observações: * O relatório de Fiscalização (peça 20) apresenta como gestor do FUNDEB o Sr. Amado Pereira de Sousa Santos, no entanto, às fls. 12/13 (peça 36), o senhor MARCELO DE SOUSA GAMA apresentou defesa como gestor do FUNDEB durante o exercício de 2017, razão pela qual sua defesa será considerada e analisada e o mesmo considerado o gestor do Fundo. ** O relatório de Fiscalização (peça 20) apresenta como gestora do FMS a Sra. Karôênia Ferreira Sousa, que à peça 52, se manifestou, confirmando não ser a gestora do FMS. À fl. 13 (peça 36), a senhora OLGA PAULINO DE AMARAL ALVES apresentou defesa como gestora do FMS durante o exercício de 2017, razão pela qual sua defesa será considerada e analisada e a mesma considerada gestora do Fundo. *** O relatório de Fiscalização (peça 20) apresenta como gestora do FMAS a Sra. Olga Paulino de Amaral Alves, no entanto, às fls. 14/15 (peça 36), a senhora JOSIARA NEVES ALVES apresentou defesa como gestora do FMAS durante o exercício de 2017, razão pela qual sua defesa será considerada e analisada e a mesma considerada como gestora do Fundo. Foi citado e apresentou defesa, o Responsável pelo Escritório de Advocacia LEITE, FAGUNDES & LIMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, Dr. Wallas Kenard Evangelista Lima - OAB/PI 9.968, conforme peça 67. **Processos Apensados:** TC/015295/2017 – Representação. Advogado: Márvio Marconi de Siqueira Nunes - OAB-PI nº 4.703 e Outros (peça 18, fls. 04, pelo representado) - Julgado. TC/000328/2018 – Denúncia. Advogado(s): Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e outros (peça 07, fls. 12, pelo denunciado) - Julgado. **Responsáveis:** Dióstenes José Alves (Prefeito Municipal) e outros. **Advogado(s):** Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e outro (peça 36, fls. 18) e Wallas Kenard Evangelista Lima – OAB/PI 9968. **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. O Procurador do Ministério Público de Contas Márcio André Madeira de Vasconcelos ratificou o parecer acostados aos autos em todos os seus termos. **PREFEITURA MUNICIPAL. CONTAS GESTÃO. Responsável:** Dióstenes José Alves – Prefeito Municipal. **Advogado(s):** Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e outro (peça 36, fls. 18) e Wallas Kenard Evangelista Lima – OAB/PI 9.968 (pelo Escritório de Advocacia LEITE, FAGUNDES & LIMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peças 16 e 20), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 57), os pareceres do Ministério Público de Contas (peça 59 e 70), a sustentação oral dos advogados Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e Wallas Kenard Evangelista Lima – OAB/PI 9.968, que se reportaram sobre as falhas apontadas, o voto do Relator (peça 75), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **irregularidade** das contas de gestão, sob a responsabilidade do **Sr. Dióstenes José Alves**, com fundamento no artigo 122, III, da Lei Estadual nº 5.888/09, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **aplicação de multa** ao gestor, no valor de **1000 UFR/PI**, a teor do prescrito no art. 79, inciso II da Lei nº 5.888/09, c/c o art. 206, II da Resolução TCE nº 13/11, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando do Ministério Público de Contas, pela **não imputação de débito** referente ao pagamento de multa e juros, considerando o pequeno valor apontado e ainda, por entender aceitáveis as justificativas apresentadas pelo gestor, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando do Ministério Público de Contas, pela **não abertura de Tomada de Contas Especial**, em desfavor do Gestor Municipal Dióstenes José Alves e da pessoa jurídica LEITE, FAGUNDES & LIMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS (CNPJ de nº 21.586.054.0001-50), em decorrência do pagamento irregular de honorários advocatícios pela Prefeitura Municipal de Avelino Lopes-PI, por entender que, neste momento processual, em que não há informações sobre o entendimento definitivo da Receita Federal sobre as compensações realizadas, não há como se autorizar a abertura de tal procedimento, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo proposta da Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, para que **seja oficiada a Receita Federal do Brasil** para que informe a esta Corte de Contas a decisão final do processo de compensação previdenciária em questão, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **recomendação** ao gestor para que, quando do pagamento de honorários de êxito, somente realize esse tipo de pagamento após comprovada a realização efetiva dos serviços contratados, no caso, após a eventual homologação do procedimento de compensação previdenciária pela Receita Federal, devendo ainda analisar se os valores fixados em percentual são proporcionais ao esforço e ao risco suportado pela empresa contratada, respeitando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e modicidade, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).**FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- FUNDEB. Responsável: Marcelo de Sousa Gama. Advogado(s): Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e outro (peça 36, fls. 20).**Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peças 16 e 20), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 57), os pareceres do Ministério Público de Contas (peça 59 e 70), a sustentação oral da advogada Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto do Relator (peça 75), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando em parte com o Ministério Público de Contas, pelo Julgamento de **regularidade com ressalvas** às contas de do **FUNDEB**, na gestão do **Sr. Marcelo de Sousa Gama**, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **não aplicação de multa** ao gestor, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS. Responsável: Olga Paulino de Amaral Alves. Advogado(s): Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e outro (peça 36, fls. 19).**Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peças 16 e 20), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 57), os pareceres do Ministério Público de Contas (peça 59 e 70), a sustentação oral da advogada Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto do Relator (peça 75), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas** das contas de gestão do **FMS**, na gestão da **Sra. Olga Paulino de Amaral Alves**, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **aplicação de multa** à gestora, no valor de **200 UFR/PI**, nos termos do art.79, I, da lei supracitada e art.206, II do RITCE, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando do Ministério Público de Contas, pela **não imputação de débito** referente ao pagamento de multa e juros, considerando o pequeno valor apontado e ainda, por entender aceitáveis as justificativas apresentadas pelo gestor, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça

75). FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS. Responsável: Josiara Neves Alves.

Advogado(s): Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e outro (peça 36, fls 19). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peças 16 e 20), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 57), os pareceres do Ministério Público de Contas (peça 59 e 70), a sustentação oral da advogada Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto do Relator (peça 75), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas** das contas de gestão do **FMAS**, na gestão da **Sra. Josiara Neves Alves**, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **aplicação de multa** à gestora, no valor de **200 UFR/PI**, nos termos do art. 79, I, da lei supracitada e art. 206, II do RITCE, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs. 01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75). **CÂMARA MUNICIPAL. Responsável: Marcelo Rocha Magalhães – Presidente da Câmara Municipal.**

Advogado(s): Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI e outro (peça 51, fls 07). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peças 16 e 20), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 57), os pareceres do Ministério Público de Contas (peça 59 e 70), a sustentação oral da advogada Luanna Gomes Portela – OAB nº 10.959/PI, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto do Relator (peça 75), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando da manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas** às contas da **CÂMARA MUNICIPAL** na gestão do **Sr. Marcelo Rocha Magalhães**, com esteio no art. 122, inciso II, da Lei Estadual nº 5.888/09, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **aplicação de multa** ao gestor, no valor de **400 UFR/PI**, nos termos do art. 79, I, da Lei nº 5.888/09, c/c o art. 206, II da Resolução TCE nº 13/11, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs. 01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 75). **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 527/2020. TC/007094/2018- PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – CONTAS DE GOVERNO DA P.M. DE JATOBÁ DO PIAUÍ/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. TC/007348/2018.** Representação - Advogado(s): Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5952 - Julgado. Apensado ao TC/007348/2018, o TC/012341/2019 - Recurso de Reconsideração - Julgado. **Responsável: José Carlos Gomes Bandeira– Prefeito Municipal. Advogados:** Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5.952 e outros (peça 33, fls. 02). **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 27), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 38), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 40), a sustentação oral do advogado Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5.952, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto do Relator (peça 45), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, considerando que todos os índices constitucionais foram atingidos, discordando da manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de Parecer Prévio recomendando a **aprovação com ressalvas** das contas de governo da Prefeitura Municipal de Jatobá do Piauí, sob a responsabilidade do Sr. José Carlos Gomes Bandeira, exercício 2017, conforme art. 120, da Lei Estadual nº 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 45). **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 528/2020. TC/007232/2018. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – CONTAS DE GOVERNO DA P.M. DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. Processos apensados:** TC/015319/2017 – Representação – Julgado. TC/012646/2017 – Inspeção – Julgado. TC/007586/2017 – Inspeção Concomitante de licitação. Responsável: Carmelita de Castro Silva (Prefeita Municipal). Advogado: José Amâncio de Assunção Neto – OAB/PI nº 5.292. TC/006816/2017 – Denúncia – Advogado: José Amâncio de Assunção Neto – OAB/PI nº 5292 – Julgado. TC/017101/2017 – Denúncia. Advogado: José Amâncio de Assunção Neto – OAB/PI nº 5.292 – Julgado. TC/008452/2017 – Denúncia. Objeto: Apresentada via Ouvidoria do TCE/PI, acerca de possíveis irregularidades na publicação de licitação. Denunciada: Carmelita de Castro Silva (Prefeita Municipal). TC/006294/2017 – Denúncia. Objeto: Trata de irregularidade em licitações, encaminhada via Ouvidoria do TCE/PI. Denunciada: Carmelita de Castro Silva (Prefeita Municipal). TC/001926/2017 – Denúncia. Objeto: formalizada via Ouvidoria do TCE/PI, de supostas irregularidades em contratos celebrados com amparo em Decreto de Emergência. Denunciada: Carmelita de Castro Silva (Prefeita Municipal). Advogado: José Amâncio de Assunção Neto – OAB/PI 5292 (sem procuração). TC/009289/2017 – Monitoramento Concomitante de Licitações. Responsáveis: Carmelita de Castro e Silva (Prefeita) e Luana Paes de Almeida Castro (CPL). TC/003721/2017 – Inspeção Extraordinária. Objeto: Inspeção Extraordinária para apurar as causas que motivaram a edição de decretos de emergência. Responsável: Carmelita de Castro Silva (Prefeita Municipal). **Responsável:** Carmelita de Castro Silva (Prefeita Municipal). **Advogado:** José Amâncio de Assunção Neto OAB Nº 5.292 (peça 23, fls. 18). **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 16), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 27), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 29), a sustentação oral do advogado José Amâncio de Assunção Neto OAB Nº 5.292, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto do Relator (peça 34) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando da manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de Parecer Prévio recomendando **Aprovação com Ressalvas** das contas de governo do Chefe do Executivo Municipal de São Raimundo Nonato, Sra. Carmelita de Castro Silva, referentes ao exercício de 2017, com fulcro no art. 120 da Lei Estadual 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 34). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo a sugestão do MPC e nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 34), da seguinte forma: a) pela expedição de **recomendação** para que a atual gestão envide os maiores esforços para melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil conquiste 6 pontos no IDEB em 2022, nota essa equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); b) pela expedição de **recomendação** para que a prefeita municipal empreenda esforços para que a cada exercício avaliado por esta Corte de Contas, se visualize o crescimento do município em cada área, de forma a atingir no mínimo a nota B (Efetiva) do IEGM e, conseqüentemente, a melhora nas políticas públicas aos seus munícipes; c) pela expedição de **determinação** à gestora do município para que, no prazo de 15 dias, promova alterações no sítio eletrônico do órgão, de forma a adequar e atualizar a referida página na Internet ao que disciplina a legislação aplicável aos portais de transparência; d) que seja procedido o **desapensamento** dos processos TC/001926/2017, TC/003721/2017, TC/006294/2017, TC/007586/2017, TC/008452/2017 e TC/009289/2017, que estão apensados aos presentes autos, considerando que o município de São Raimundo Nonato se encontra no rol de Unidades Gestoras de baixo risco (exercício de 2017), e as irregularidades nas contas de gestão constantes dos mesmos ainda não tiveram o mérito apreciado por esta Corte de Contas. **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 530/2020. TC/013898/2019. DENÚNCIA CONTRA A P. M. DE FLORIANO/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. Objeto:** denúncia sobre supostas irregularidades no certame licitatório Pregão Presencial nº 045/2019, no âmbito da Prefeitura Municipal de Floriano, tendo como objeto o registro de preços para aquisição parcelada e sob demanda de medicamentos, alimentação enteral e afins. **Denunciante:** Maria Liduína Soares Gonçalves – ME (CNPJ:00.832.745/0001-17). **Denunciado:** Prefeitura Municipal de Floriano/PI. **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a

informação do relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – V DFAM (peça 04), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 07), o voto do Relator (peça 12) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (Peça 12), da seguinte forma: acolhendo manifestação oral da Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, pela **procedência** da presente denúncia e, concordando com o Ministério Público de Contas, pelo seu **arquivamento**, tendo em vista a **perda do objeto**. **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº531/2020. TC/017126/2019. DENÚNCIA CONTRA A P. M. DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. Objeto:** Trata-se de denúncia apresentada pela Pessoa Jurídica João Tadeu Pereira Roque - ME, CNPJ: 31.675.494/0001-38, através de seu representante legal, Sr. Rafael Mendes Dantas, em face da Prefeitura de São Francisco do Piauí, acerca de supostas irregularidades cometidas na realização do Pregão Presencial 018/2019, Processo administrativo 050/2019, cujo objeto era a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes à frota municipal. **Denunciante:** João Tadeu Pereira Roque - ME, CNPJ: 31.675.494/0001-38. **Denunciado:** Antônio Martins de Carvalho (Prefeito Municipal). **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 05), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 08), o voto do Relator (peça 15), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o Ministério Público de Contas, pela **improcedência** da presente denúncia, tendo em vista que não assiste razão às alegações apresentadas na denúncia em apreço, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (Peça 15). **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº532/2020. TC/008716/2020. REPRESENTAÇÃO CONTRA A P. M. DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. Objeto:** Representação formulada pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal, com pedido cautelar *inaudita altera pars*, requerendo o imediato bloqueio das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Cristalândia do Piauí, tendo em vista pendências nas prestações de contas relativas ao exercício de 2019, conforme informações contidas no Memorando nº 075/2020 – DFAM, do dia 17/08/2020, anexado na Peça 01. **Representante:** Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal - DFAM. **Representado:** Ariano Messias Nogueira Paranaguá (Prefeito Municipal). **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o parecer do Ministério Público de Contas (peça 23), o voto do Relator (peça 28) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando em parte com o parecer do Ministério Público de Contas, pela **procedência** da presente representação, com **aplicação de multa** decorrente do atraso na apresentação da prestação de contas, a ser calculada pelo setor competente deste Tribunal., nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (Peça 28). **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA WALTANIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA

DECISÃO Nº534/2020. TC/016568/2019 - REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO CAUTELAR CONTRA A SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DE TERESINA – SEMA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. Objeto: Representação cumulada com pedido cautelar formulada pela empresa SELETIV SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA EIRELI, CNPJ nº 13.224.659/0001-73, em face da Secretaria Municipal de Admiração e Recurso Humanos de Teresina – SEMA, em razão de supostas irregularidades na condução do Pregão Presencial nº 51/2019, processo administrativo 042.1122/2019/SEMDUH/PMT, Processo Administrativo nº 042.002249/19, que tem como objeto a

contratação de serviços continuados de mão de obra a fim de atender às necessidades dos diversos setores que compõem a Secretaria, especificamente da Coordenação Especial de Asfalto, Coordenação Especial de Iluminação Pública, Coordenação Especial de Limpeza, Coordenação Especial de Projetos, Chefia de Gabinete e Supervisão Administrativa e Financeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, por intermédio da SEMDUH, no valor de R\$ 3.432.174,12, conforme petição e documentação comprobatória acostada à peça 02. **Representante:** Seletiv Seleção e Agenciamento de mão de obra Eireli. **Representado(s):** Raimundo Nonato Moura Rodrigues (Secretário Municipal de Administração e Recursos), Alexandre Dumas de Castro Moura (Pregoeiro da CPL Compras e Serviços – SEMA) e Nayara Daniela Barros Silva (Pregoeira da CPL Compras e Serviços – SEMA). **Advogado(s):** Igor Martins Ferreira de Carvalho (OAB/PI nº 5.085) e outros (peça 32, fl.20, pelo Sr. Alexandre Dumas de Castro Moura); Mário Roberto Pereira de Araújo - OAB/PI nº 2.209 e outros (peça 18, fl. 02, pelo Representante). **Relatora:** Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – IV DFAM (peça 37), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 39), o voto da Relatora (peça 47), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, em dissonância com o parecer ministerial, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 47), da seguinte forma: Pela **PROCEDÊNCIA** da representação, tendo em vista a constatação da desclassificação indevidamente da empresa Seletiv Seleção e Agenciamento de Mão de Obra Eireli nos autos do Pregão Eletrônico nº 051/2019, processo administrativo nº 042-1122/2019/SEMDUH/PMT – Segundo Relançamento, considerando que o sigilo da proposta foi mantido entre os licitantes até o término da fase de lances, não havendo ofensa aos princípios norteadores da licitação; Pela **REVOGAÇÃO** da Decisão Monocrática nº 302/2019 – GWA, tendo em vista o cancelamento do Pregão Eletrônico nº 051/2019, processo administrativo nº 042-1122/2019/SEMDUH/PMT – Segundo Relançamento e do Pregão Eletrônico nº 019/2019, Processo nº 042-5105/2018/STRANS/PMT; Pela **RECOMENDAÇÃO** ao atual Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA/PMT - RAIMUNDO NONATO MOURA RODRIGUES, que proceda à necessária a uniformização de entendimentos no âmbito da Comissão de Licitação da Prefeitura de Teresina, no sentido de que nos Pregões Eletrônicos, os pregoeiros se abstenham de desclassificar os licitantes pelo motivo de identificação nas propriedades do arquivo do tipo doc. do computador que confeccionou o documentos, desde que mantido o sigilo da proposta entre os licitantes até o término da fase de lances. **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 535/2020. TC/001714/2019. REPRESENTAÇÃO CONTRA A P. M. DE SÃO JOÃO DA CANABRAVA/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. Objeto:** Representação apresentada pelo Sr. Kênio Lima Araújo, sócio administrador da Empresa Construir Empreendimentos Ltda., acerca de possíveis irregularidades no procedimento de Tomada de Preço 001/2019 – Exercício 2019.. **Representante:** Kênio Lima Araújo - Sócio Administrador da Empresa Construir Empreendimentos LTDA. **Representados:** Mércia de Araújo Abreu (Prefeita Municipal) e Caio Vinícius De Araújo Feitosa (Presidente da CPL). **Advogado(s):** Mailson Bezerra Barros - OAB/PI nº 9.775 (peça 11, fl. 05). **Relatora:** Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga. O Procurador do Ministério Público de Contas, Márcio André Madeira de Vasconcelos manifestou-se no sentido de sugerir o seguinte: que o município adote preferencialmente o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns, de modo a favorecer a ampla competitividade nos certames. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (Peça 16), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 18), o voto da Relatora (peça 23) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, em consonância com o parecer ministerial, pelo **CONHECIMENTO** da representação e, no mérito, pela **PROCEDÊNCIA**, tendo em vista a constatação da ausência de todos os membros da Comissão de Licitações no dia 22 de janeiro de 2019 na sede prefeitura de São João da Canabrava para executar a função de receber documentos e cadastrar prováveis licitantes dispostos a participar do certame de Tomada de Preços nº 001/2019, em inobservância ao art. 6º da Lei nº 8.666/93, o que impediu a pessoa jurídica CONSTRUIR EMPREENDIMENTOS LTDA de realizar o cadastro para participar do certame, ferindo o princípio da igualdade e ampla concorrência,

prejudicando a concorrência do certame previsto no art. 3º, Lei nº 8.666/93, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 23). Decidiu ainda, a Segunda Câmara, **unânime**, em consonância com o Ministério Público de Contas, pela aplicação de **multa** ao Sr. **Caio Vinícius de Araújo Feitosa**, presidente da CPL, no valor de **500 UFR-PI** a teor do prescrito no art. 79, inciso I, da Lei 5.888/09 c/c art. 206, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas, em razão da supracitada falha de sua responsabilidade e pela **RECOMENDAÇÃO** ao Presidente da CPL para que administre o expediente dos membros que compõe a comissão de uma forma que garanta sempre a continuidade do serviço público, principalmente quando houver procedimento licitatório em curso, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 23); Decidiu também, a Segunda Câmara, **unânime**, quanto à falha atinente a recondução da totalidade dos membros da comissão permanente de licitação para o exercício de 2019, os quais são membros comissionados, em inobservância ao art. 51, caput e § 4º, Lei nº 8.666/93, falha esta de responsabilidade da Prefeita Municipal – a Srª. Mércia de Araújo Abreu, divergindo do MPC, pela não aplicação de multa, tendo em vista que não houve contraditório acerca da falha, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 23). Decidiu ainda, a Segunda Câmara, **unânime**, em consonância com o MPC, pela **DETERMINAÇÃO** à Prefeita Municipal de São João da Canabrava para que modifique os membros que compõe a Comissão Permanente de Licitação com observância aos regimentos dispostos na Lei 8.666/93 referentes à composição da CPL, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 23). Decidiu também, a Segunda Câmara, **unânime**, de acordo com a sugestão ministerial proferida oralmente pelo Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos, pela **RECOMENDAÇÃO** à Prefeita Municipal de São João da Canabrava e ao Presidente da CPL que adotem preferencialmente o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns, de modo a favorecer a ampla competitividade nos certames, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 23). **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, o Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 536/2020. TC/000623/2019. ADMISSÃO DE PESSOAL** - Processo Seletivo Simplificado de Edital nº 002/2018 para contratação temporária de pessoal no âmbito da **Prefeitura Municipal de Marcolândia - PI**. **Responsável:** Francisco Pedro de Araújo. **Advogados:** Valmir Martins Falcão Sobrinho - OAB/PI 3.706 e Outro (procuração – peça 28, fl.02). **Relatora:** Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - DFAP (peça 04), o contraditório da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - DFAP (peça 21), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 22), o voto da Relatora (peça 27), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 27), da seguinte forma: e ainda considerando que o Processo Seletivo Processo Seletivo Simplificado realizado pelo Município de Marcolândia/PI, não encontra-se apto a produzir efeitos jurídicos, e anuindo com o entendimento do Ministério Público de Contas: a) Pelo julgamento de **Irregularidade** do Processo Seletivo Processo Seletivo Simplificado de Edital nº 002/2018, destinado à contratação temporária de pessoal no âmbito da Prefeitura Municipal de Marcolândia, em face da constatada existência de vícios graves e insanáveis, com base no art. 11, § 4º da Resolução TCE/PI nº 23/2016; b) Pela **aplicação de multa** no valor de 1000 UFRs-PI ao Sr. Francisco Pedro de Araújo, Prefeito Municipal de Marcolândia, com fundamento no art. 79, VIII, da Lei Estadual nº 5.888/09 (LOTCE/PI) c/c art. 5º, § 1º, e art. 22, da Res. TCE/PI nº 23/2016, em razão da intempestividade no cadastramento, junto ao sistema RHWeb, da documentação exigida pelo art. 5º, da Resolução TCE/PI nº 23/2016, e das impropriedades editalícias apontadas; c) Expedição de **Determinação** ao gestor, nos termos do parecer técnico da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal (fls. 08/09, peça 21), a fim de que: c.1) **Informe** junto ao sistema RHWeb as contratações oriundas do edital 002/2018, em cumprimento ao art. 7º, da Resolução nº 23/2016 do TCE-PI, cadastrando também os desligamentos, tendo em vista o vencimento do prazo inicialmente previsto; c.2) **Abstenha-se** de contratar servidores temporários, antes de decorridos dois anos do encerramento do contrato anterior (art. 6º, III, da Lei nº 245/2013); d) Expedição de **Recomendação** ao gestor, nos termos do parecer técnico da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal (fls. 08/09, peça 21), a fim de que: d.1) Sejam adotadas medidas concretas para a realização de Concurso Público para regular admissão de servidores, em cumprimento do disposto no art. 37, II, da Constituição Federal, observando as demais disposições legais e constitucionais aplicáveis à matéria, uma vez que restou demonstrada a necessidade

permanente (e não temporária) de contratação de servidores; d.2) Havendo necessidade de contratação temporária, com fundamento no art. 37, IX, da CF, e não sendo o caso de situação urgente que justifique a não realização de processo seletivo (art. 3º, §2º da Lei nº 245/2013), que o procedimento observe todas as exigências do art. 3º, da Lei nº 245/2013, especialmente: d.2.1) Que seja dada ampla e prévia divulgação ao Edital, indicando a necessidade temporária de excepcional interesse público e fazendo menção ao dispositivo da Lei que autoriza a contratação; (art. 3º, da Lei 245/2013); d.2.2) Que sejam adotados critérios objetivos e isonômicos de avaliação dos candidatos, restringindo a seleção mediante análise curricular às hipóteses do art. 2º, VII e VIII da Lei nº 245/2013, desde que se trate de situação de emergência, devidamente comprovada (art. 3º, §3º, Lei nº 245/2013); d.2.3) Que se fixe prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias, e meios acessíveis para inscrição, em respeito aos princípios de publicidade, transparência, isonomia e impessoalidade (art. 37, CF). **Presentes:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

DECISÃO Nº 537/2020. TC/017677/2017. DENÚNCIA CONTRA A P. M. DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. Objeto: Denúncia formulada pelo Sr. Stênio Veras Santos, Vereador do Município de Cajueiro da Praia – PI, noticiando supostas irregularidades em contratações realizadas por meio de dispensas de licitações. **Denunciante:** Sr. Stênio Veras Santos-Vereador do Município de Cajueiro da Praia – PI. **Denunciado:** Girvaldo Albuquerque da Silva - Prefeito Municipal. **Advogado(s):** Léo José Menezes Neiva Eulálio - OAB/PI 12.116 (peça 11, fls. 02, pelo denunciado), Maira Castelo Branco Leite – OAB/PI 3.276 (peça 40, fl. 02, pelo denunciado). **Relatora:** Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VI DFAM (peça 34), o pareceres do Ministério Público de Contas (peças 28 e 36), a sustentação oral da advogada Maira Castelo Branco Leite, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto da Relatora (peça 45) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 45), da seguinte forma: divergindo do parecer ministerial, pelo julgamento de **PROCEDÊNCIA PARCIAL** da presente **DENÚNCIA**, por ter remanescido divergências e impropriedades que mereciam maiores esclarecimentos, contudo **SEM APLICAÇÃO DE MULTA**, por não ter vislumbrado indícios de malversação de recursos públicos, dano ao erário ou de má fé por parte do gestor municipal. **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 538/2020. TC/006924/2018. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - CONTAS DE GOVERNO DA P. M. DE BRASILEIRA/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. Responsável:** Paula Miranda Amorim Araújo – Prefeita Municipal. **Advogado(s):** Carlos Douglas dos Santos Alves - OAB/PI 3156 (peça 23, fl. 17). **Relatora:** Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 16), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 25), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 27), o voto da Relatora (peça 37) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, em consonância com o Parecer Ministerial, pela emissão de Parecer Prévio recomendando a **REPROVAÇÃO das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Brasileira**, referente ao exercício de 2017, sob a responsabilidade da Srª. Paula Miranda Amorim Araújo, com fulcro no art. 120, da Lei Estadual nº 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 37). **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausente por motivo justificado no momento da apreciação deste processo) e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 539/2020. TC/017063/2018 - DENÚNCIA CONTRA A P. M. DE COCAL DOS ALVES/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018. Objeto:** Denúncia sobre

supostas contratações irregular de pessoal no Município de Cocal dos Alves-PI, exercício de 2018. **Denunciantes:** Vereadores da Câmara Municipal de Cocal dos Alves (Edmilson Alves Vieira, Francisco Lima Barreto, José de Brito Passos). **Denunciado:** Osmar de Sousa Vieira – Prefeito Municipal. **Advogado(s):** Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva Dourado - OAB/PI nº 6544 (sem procuração, pelo denunciado). **Relatora:** Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando os relatórios da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peças 06 e 18), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 19), a sustentação oral da advogada Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva Dourado - OAB/PI nº 6544, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto da Relatora (peça 27), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 27), da seguinte forma: EM **CONSONÂNCIA** com o Parecer Ministerial pela **PROCEDÊNCIA** da presente Denúncia, com aplicação e multa ao Sr. Osmar de Sousa Vieira – Prefeito Municipal, no valor de 300 UFR, conforme prevista no art. 79, inciso I, II da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 206, inciso I e III, do Regimento Interno do TCE/PI. Determina, ainda, que no prazo de 30 (trinta) dias o gestor demonstre a este Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em que fase estão as providências tomadas para realização do concurso público na municipalidade. **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº 541/2020. TC/005938/2017. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BASILEIRA/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.** Obs: Foi citada e apresentou defesa a Sra. Vânia Lúcia Carvalho dos Santos - Controladora Interna, através de seu Advogado: Marcos Antonio de Souza Araújo OAB/PI 9157 (peça 11, fl. 04). **Responsável:** Alan Juciê Mendes de Meneses – Presidente da Câmara Municipal. **Advogado(s):** Marcos Antonio de Souza Araújo - OAB/PI 9157 (peça 11, fl. 02). **Relatora:** Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – IV DFAM (peça 02), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 13), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 15), o voto da Relatora (peça 20) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, em consonância com o Parecer Ministerial, pelo julgamento de **REGULARIDADE COM RESSALVAS** as contas da CÂMARA MUNICIPAL de Brasileira referente ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Sr. Alan Juciê Mendes de Meneses, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual nº 5.888/09, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 20). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **aplicação de multa** ao responsável **no valor** equivalente a **400 UFR-PI**, com esteio no art. 79, II da Lei 5.888/09, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs. 01/61, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 20). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, divergindo do Parecer Ministerial, **deixar** de acatar a sugestão de aplicação de multa à Controladora Interna da Câmara, Srª Vânia Lúcia Carvalho dos Santos, por sua responsabilidade solidária em relação ao item 1.3 (contratação de assessorias jurídica e contábil), tendo em vista, que a própria análise técnica, verificou a formalização dos procedimentos de inexigibilidade, bem como de seus cadastros tempestivos no Sistema Licitações Web, não havendo razões, a meu ver, para aplicação dessa penalidade, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 20). **Presentes:** o Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

DECISÃO Nº 544/2020. TC/002906/2016. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA P.M. DE BOM JESUS/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016. OBS: Retornam os autos para conclusão do julgamento iniciado na Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, nº 28, do dia 16/09/2020, nos termos da Decisão 522/2020 (peça 125). **Processo Apensado: TC/018090/2016** - Denúncia noticiando supostas

irregularidades na contratação de profissionais no município. Denunciante: Rayara Kelly Campos Arnaldo de Oliveira. Denunciado: Marcos Antônio Parente Elvas Coelho - Prefeito. Advogado (a): Maira Castelo Branco Leite OAB/PI 3276/00 (peça 15, fl. 09). **Responsável:** Marcos Antônio Parente Elvas Coelho (Prefeito Municipal) e Outros Gestores. **Advogados:** Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276 (peça 47) e Thiago Nunes de Carvalho - OAB nº 6.985 (peça 94, fl. 08, pela Câmara Municipal). **Contador:** Sr. Jardel Santos Miranda – CRC nº 6347/03 (pela Câmara Municipal). **Relator:** Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **Retornam os autos para a conclusão do julgamento iniciado na SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA SEGUNDA CÂMARA Nº 028 DE 16 DE SETEMBRO DE 2020, conforme DECISÃO Nº 522/2020 (peça 125).** Dando sequência ao julgamento concluiu-se da seguinte forma: **CONTAS DE GOVERNO. Responsável:** Marcos Antônio Parente Elvas Coelho – Prefeito Municipal. **Advogado(s):** Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276 (Procuração - peça 47, fl. 27). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 114), a sustentação oral da advogada Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 129) , e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o parecer do MPC, pela emissão de Parecer Prévio recomendando a **Aprovação com Ressalvas**, das contas de governo do Município de Bom Jesus, relativas ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Marcos Antônio Parente Elvas Coelho - Prefeito Municipal, nos termos do art. 120 da Lei Estadual nº 5.888/2009 e art. 32, § 1º da Constituição Estadual, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 129). **DENÚNCIA: TC/018090/2016 apensada ao TC/002906/2016. Objeto:** Denúncia sobre supostas irregularidades na contratação de profissionais pela Prefeitura de Bom Jesus/PI. Denunciante: Via Ouvidoria do TCE-PI pela Sra. Rayara Kelly Campos Arnaldo de Oliveira. Denunciado: Marcos Antônio Parente Elvas Coelho – Prefeito Municipal. Advogada: Maira Castelo Branco Leite OAB/PI 3276/00 (peça 15, fl. 09, pelo Prefeito Municipal). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprio de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 114), a sustentação oral da advogada Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 129), do Processo **TC/002906/2016**, considerando os autos da Denúncia **TC/018090/2016 – apensada ao TC/002906/2016**, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 129), pelo **Arquivamento da Denúncia TC nº. 018.090/2016. CONTAS DE GESTÃO. Responsável:** Kathia Raquel Piauilino Santos – Gestora do Município. **Advogado(s):** Maíra Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3276 (peça 47, fls 29). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 114), a sustentação oral da advogada Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 130) , e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando do parecer do MPC, pelo Julgamento de **Regularidade com ressalvas**, às contas de gestão da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, relativas ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade da Sr.ª Kathia Raquel Piauilino Santos - Gestora do Município, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 130). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela aplicação de **multa**, a gestora Sr.ª Kathia Raquel Piauilino Santos, no valor de **1.500 UFR-PI**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 130), que propôs a aplicação de multa nos seguintes termos: “a Aplicação de Multa de 5.000 UFRs/PI a Sr.ª Kathia Raquel Piauilino Santos, já qualificada nos autos, nos termos do art. 79, inciso I, da lei supracitada c/c art. 206, inciso II, do RI TCE PI”, a ser recolhida ao Fundo

de Modernização do Tribunal de Contas –FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61).Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 130), pela Procedência das impropriedades constatadas na Inspeção;Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 130), pela **Recomendação** a gestora para que adote providências no sentido de realizar concurso público para a contratação de pessoal e evite a contratação por tempo determinado.Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 130), pelas seguintes **Comunicações**: 1) à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e 2) ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas na Prefeitura.**FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB. Responsável:** Maria Sidinei Lins Magalhães Araújo. **Advogada:** Maíra Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3276 (peça 47, fl. 31). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 114), a sustentação oral da advogada Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 131) ,e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando do parecer do MPC, pelo Julgamento de **Regularidade, com Ressalvas**, às contas de gestão do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério de Bom Jesus, relativas ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade da Sra. Maria Sidinei Lins Magalhães Araújo, gestora do Fundo Especial, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 131).Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 131), pela aplicação de **multa** a gestora a Sra. Maria Sidinei Lins Magalhães Araújo, no valor de **600 UFR-PI**, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61). **Vencido**, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou seguindo a proposta de voto do Relator (peça 131), nos seguintes termos: a Aplicação de Multa de 1.000 UFRs a Sra. Maria Sidinei Lins Magalhães Araújo, já qualificada nos autos, nos termos do art. 79, inciso I da Lei Estadual n.º 5.888/2009. Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 131), pela **Recomendação** a gestora que adote providências no sentido de realizar concurso público para a contratação de pessoal e evite a contratação por tempo determinado.Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 131), pela **não comunicação** à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e pela **não comunicação** ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial. **Vencido**, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou seguindo a proposta de voto do Relator (peça 131) nos seguintes termos: pela Comunicação: 1) à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e 2) ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial.**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS. Responsável:** Nadja Moreno Benvindo Falcão. **Advogado(s):** Maíra Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3276 (peça 47, fl. 30).Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas

(peça 114), a sustentação oral da advogada Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 132) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, discordando do parecer do MPC, pelo Julgamento de **Regularidade, com Ressalvas**, às contas de gestão do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus, relativas ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade da Sr.^a Nadja Moreno Benvindo Falcão, gestora do Fundo Especial, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 132). Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 132), pela aplicação de **multa** a gestora a Sr.^a Nadja Moreno Benvindo Falcão, no valor de **600 UFR-PI**, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61). **Vencido**, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou seguindo a proposta de voto do Relator (peça 132), nos seguintes termos: pela Aplicação de Multa de 1.000 UFRs a Sra. Nadja Moreno Benvindo Falcão, já qualificada nos autos, nos termos do art. 79, inciso I da Lei Estadual n.º 5.888/2009. Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 132), pela **Recomendação** a gestora que adote providências no sentido de realizar concurso público para a contratação de pessoal e evite a contratação por tempo determinado. Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 132), pela **não comunicação** à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e pela **não comunicação** ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial. **Vencido**, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou seguindo a proposta de voto do Relator (peça 132) nos seguintes termos: pela Comunicação: 1) à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e 2) ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial. **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS. Responsável:** Cláudia Rocha Carvalho Elvas Coelho. **Advogada:** Máira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3276 (peça 47, fl. 28) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 114), a sustentação oral da advogada Maira Castelo Branco Leite - OAB/PI nº 3.276, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 133) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o parecer do Ministério Público de Contas, pelo Julgamento de **Regularidade, com Ressalvas**, às contas de gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jesus, relativas ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade da Sra. Cláudia Rocha Carvalho Elvas Coelho, gestora do Fundo Especial, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 133). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela Aplicação de **Multa de 400 UFRs** a gestora, a Sra. Cláudia Rocha Carvalho Elvas Coelho, já qualificada nos autos, nos termos do art. 79, inciso I da Lei Estadual n.º 5.888/2009, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 133). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **Recomendação** a gestora que adote providências no sentido de realizar concurso público para a contratação de pessoal e evite a contratação por tempo determinado, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 133). Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 133), pela **não comunicação** à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e pela **não comunicação** ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial. **Vencido**, o Conselheiro

Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou seguindo a proposta de voto do Relator (peça 133) nos seguintes termos: pela Comunicação: 1) à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e 2) ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial. **FUNDO PREVIDENCIÁRIO. Responsável:** Zilmarino Fernandes Xavier. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 114), a proposta de voto do Relator (peça 134), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o parecer Ministério Público de Contas, pelo o Julgamento de Regularidade, com Ressalvas, às contas de gestão do Fundo Previdenciário de Bom Jesus, relativas ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Zilmarino Fernandes Xavier, gestor do Fundo Especial, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 134). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela Aplicação de **Multa de 400 UFRs** ao gestor, o Sr. Zilmarino Fernandes Xavier, já qualificado nos autos, nos termos do art. 79, inciso I da Lei Estadual n.º 5.888/2009, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 134). Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 134), pela **não comunicação** à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e pela **não comunicação** ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial. **Vencido**, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou seguindo a proposta de voto do Relator (peça 134) nos seguintes termos: pela Comunicação: 1) à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e 2) ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas no Fundo Especial. **CÂMARA MUNICIPAL. Responsável:** Raimundo Tertuliano Rosal Lustosa – Presidente da Câmara Municipal. **Advogado(s):** Thiago Nunes de Carvalho - OAB nº 6.985 (peça 94, fl. 08) e **Contador:** Sr. Jardel Santos Miranda – CRC nº 6347/03 (pela Câmara Municipal). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VII DFAM (peça 30), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 100) e da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP - Divisão de Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - DFRPPS (peça 111), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 114), a manifestação verbal do Contador Sr. Jardel Santos Miranda – CRC nº 6347/03, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 135), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o parecer do Ministério Público de Contas, pelo Julgamento de **Regularidade, com Ressalvas**, às contas de gestão da Câmara Municipal de Bom Jesus, relativas ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Tertuliano Rosal Lustosa, Presidente da Câmara Municipal, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 135). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela Aplicação de **Multa de 500 UFRs** ao gestor, o Sr. Raimundo Tertuliano Rosal Lustosa, já qualificado nos autos, nos termos do art. 79, inciso I da Lei Estadual n.º 5.888/2009; a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 135). Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 134), pela **não comunicação** à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e pela **não comunicação** ao Promotor de



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas na Câmara Municipal. **Vencido**, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou seguindo a proposta de voto do Relator (peça 134) nos seguintes termos: pela Comunicação: 1. Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão, deste parecer e dos relatórios das divisões técnicas desta Corte, para as providências que entender cabíveis; e 2) ao Promotor de Justiça da Comarca correspondente para as providências que entender cabíveis em relação às irregularidades verificadas na Câmara Municipal.. **Presentes:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, que vota em substituição a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (que não vota no presente processo por não fazer parte do quórum do início do julgamento) e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO Nº545/2020. TC/005336/2015 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA P.M. DE FARTURA DO PIAUÍ/PI. (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015). Processos Apensados: TC/013498/2015:** Representação. Representante: Ministério Público de Contas - TCE- PI, Representado: Permínio Pereira de Santana - Prefeito. **TC/015895/2015-** Representação. Representante: Ministério Público de Contas - TCE- PI, Representado: Permínio Pereira de Santana - Prefeito municipal. **TC/006860/2016-** Representante: Ministério Público de Contas - TCE- PI, Representado: Permínio Pereira de Santana - Prefeito. **TC/004508/2016-** Representação. Representante: Ministério Público de Contas - TCE- PI, Representado: Lucicleia Mara de Santana. **TC/012152/2015 -** Representação. Representante: Câmara Municipal de Fartura do Piauí. Representado: Permínio Pereira de Santana - Prefeito. **Obs:** As contas do FMAS, sob da responsabilidade de Clarismar Ribeiro da Silva Braga, não foram objeto de análise, pois se aplicam as Decisões Plenárias nº 214/2015 e 03/2016, que a exclui do escopo da análise, segundo consta no Relatório da DFAM, peça 54, fls. 21 e no Parecer do MPC, peça 79. Foi citado o espólio da Sra. Lucrécia Maria de Santana (Gestora do FMS da Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí), conforme certidão à peça 74. **Responsáveis:** Permínio Pereira de Santana – Prefeito Municipal e outros. **Advogado (s):** Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5952 (peça 86, fls. 02). **Relator:** Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **Redatora:** Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (para as contas do Fundo Municipal de Saúde). **CONTAS DE GOVERNO. Responsável:** Permínio Pereira de Santana – Prefeito. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 90) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pela **emissão de Parecer Prévio de Reprovação das contas de governo do Município de Fartura do Piauí**, relativas ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Perminio Pereira de Santana - Prefeito Municipal, nos termos do art. 120 da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 90). **CONTAS DE GESTÃO. Responsável: Lucicleia Mara de Santana – Ordenadora de Despesas.** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 91), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **Irregularidade às contas de gestão da Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí**, relativas ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade da Sr.^a Lucicleia Mara de Santana – Ordenadora de despesas, nos termos do art. 122, III da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 91). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela aplicação de multa, no valor de **2.500 UFR/PI**, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), contrariando a proposta de voto do Relator (peça 91). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **representação** do profissional responsável pelos serviços de contabilidade do município de Fartura do Piauí ao Conselho Regional de Contabilidade, em face das diversas impropriedades, inconsistências e erros grosseiros reportados nos autos, demonstrando total desorganização da contabilidade do Município, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 91). **TC/013498/2015 -**

Representação – apensada ao TC/005336/2015. **Objeto:** Trata-se de Representação formulada por este Ministério Público de Contas, em razão de comunicação, pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, através do memorando nº 288/2015, no qual informa que o gestor do Município de Fartura do Piauí não encaminhou a este Tribunal de Contas documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro de 2015 (SAGRES-CONTÁBIL e Documentação comprobatória das despesas), essenciais ao início da análise da prestação de contas daquele ente federativo. **Representante:** Ministério Público de Contas - TCE- PI, **Representado:** Permínio Pereira de Santana - Prefeito. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 91), do Processo **TC/005336/2015**, considerando os autos da Representação **TC/013948/2015 – apensada ao TC/005336/2015**, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pela Procedência da Representação TC/013.498/2015, **com aplicação de multa ao gestor**, a teor do prescrito no art. 206, VIII do RI TCE PI, com valor a ser calculado pela Secretaria do Tribunal; nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 91).

TC/015895/2015 – Representação – apensada ao TC/005336/2015. **Objeto:** Trata-se de Representação apresentada por este Ministério Público de Contas em razão do memorando nº 318/2015, editado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, por meio do qual comunica que o gestor do Município de Fartura do Piauí não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro de 2015 (Documentação WEB), essenciais ao início da análise da prestação de contas daquele ente federativo. **Representante:** Ministério Público de Contas - TCE- PI, **Representado:** Permínio Pereira de Santana - Prefeito. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 91), do Processo **TC/005336/2015**, considerando os autos da Representação **TC/015895/2015 – apensada ao TC/005336/2015**, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pela Procedência da Representação TC/015.895/2015, **com aplicação de multa ao gestor**, a teor do prescrito no art. 206, VIII do RI TCE PI, com valor a ser calculado pela Secretaria do Tribunal, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 91).

TC/006860/2016 – Representação – apensada ao TC/005336/2015. **Objeto:** Trata-se de Representação formulada por este Ministério Público de Contas, em razão de comunicação, pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, através do memorando nº 093/2016, no qual informa que o gestor da Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí não encaminhou a este Tribunal de Contas documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro de 2015 (SAGRES/CONTÁBIL, Comprovante de Despesa e Documentação WEB), essenciais ao início da análise da prestação de contas daquele ente federativo. **Representante:** Ministério Público de Contas - TCE- PI, **Representado:** Permínio Pereira de Santana - Prefeito. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 91), do Processo **TC/005336/2015**, considerando os autos da Representação **TC/006860/2016 – apensada ao TC/005336/2015**, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pela **Procedência da Representação** TC/006.860/2016, **com aplicação de multa ao gestor**, a teor do prescrito no art. 206, VIII do RI TCE PI, com valor a ser calculado pela Secretaria do Tribunal; nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 91).

TC/004508/2016 – Representação – apensada ao TC/005336/2015. **Objeto:** Trata-se de Representação formulada por este Ministério Público de Contas, em razão de comunicação, pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, através do memorando nº 072/2016, no qual informa que o gestor do município de Fartura do Piauí não encaminhou a este Tribunal de Contas documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro de 2015 (Comprovante de Despesa e Documentação WEB), essenciais ao início da análise da prestação de contas daquele ente federativo. **Representante:** Ministério Público de Contas - TCE- PI, **Representado:**

Lucicleia Mara de Santana. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 91), do Processo **TC/005336/2015**, considerando os autos da Representação **TC/004508/2016 – apensada ao TC/005336/2015**, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pela Procedência da Representação TC/004.508/2016, **com aplicação de multa** ao gestor, a teor do prescrito no art. 206, VIII da Resolução TCE/PI nº 13/11 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí), com valor a ser calculado pela Secretaria das Sessões; nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 91). **TC/012152/2015 - Representação – apensada ao TC/005336/2015. Objeto:** Trata-se de Representação formulada pela Câmara Municipal de Fartura do Piauí acerca do não envio à Câmara Municipal dos balancetes de prestação de contas referentes aos meses de setembro a dezembro de 2014 e março e abril de 2015. **Representante:** Ministério Público de Contas - TCE- PI, **Representado:** Perminio Pereira de Santana - Prefeito. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 91), do Processo **TC/005336/2015**, considerando os autos da Representação **TC/012152/2015 – apensada ao TC/005336/2015**, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pela Procedência da Representação TC/012.152/2015, **com aplicação de multa ao gestor**, a teor do prescrito no art. 206, VIII do RI TCE PI, com valor a ser calculado pela Secretaria do Tribunal, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 91). **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB. Responsável:** Josélia da Silva Neves. **Advogado(s):** Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5952 (Sem Procuração). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a sustentação oral do advogado Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5952, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 92), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **Irregularidade às contas de gestão do FUNDEB de Fartura do Piauí**, relativas ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade da Sr.^a Josélia da Silva Neves - gestora do fundo especial, nos termos do art. 122, III, da Lei Estadual n.º 5.888/2009; nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 92). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela aplicação de multa, no valor de **750 UFRs PI à Sr.^a Josélia da Silva Neves**, já qualificada nos autos, nos termos do art. 79, I, da Lei Estadual n.º 5.888/2009 c/c art. 206, II, do RI TCE PI, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 92). **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS. Responsável:** Lucrécia Maria de Santana. **REDATORA:** Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, por ter sido autora do primeiro voto vencedor, e que atuará como redatora, nos termos do art.113, parágrafo único do Regimento Interno do TCE/PI, assim transcrito: “sendo o voto do relator vencido, será designado, pelo Presidente, na própria sessão, para lavratura do acórdão ou do parecer prévio, o Conselheiro (a) que houver proferido, em primeiro lugar, o voto vencedor, que atuará como redator, cabendo-lhe redigir e assinar o acórdão e a respectiva declaração de voto”. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 93), o voto da Redatora (peça 97), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, acompanhando o Parecer Ministerial e divergindo da proposta de voto do Relator, e nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Redatora (peça 97), pelo julgamento de **REGULARIDADE COM RESSALVAS** às Contas do



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



FMS da Prefeitura Municipal de Fartura do Piauí, relativas ao exercício de 2015, sob a responsabilidade da Sr.^a Lucrécia Maria Santana, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual nº 5.888/09. **Vencida**, a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga que votou nos termos da proposta de decisão do Relator pelo Julgamento de Irregularidade às contas de gestão do FMS de Fartura do Piauí, relativas ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade da Sr.^a Lucrécia Maria Santana - gestora do fundo especial, nos termos do art. 122, III, da Lei Estadual nº 5.888/2009. **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS. Responsável:** Clarismar Ribeiro da Silva Braga. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a proposta de voto do Relator (peça 94), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pelo arquivamento, sem manifestação de mérito, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Fartura do Piauí; nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 94). **CÂMARA MUNICIPAL. Responsável:** Isaías Ribeiro das Neves - Presidente. **Advogado(s):** Ednaldo de Almeida Damasceno - OAB/PI 6.902 e outro (peça 51, fls. 14); Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5952 (peça 86, fls. 02). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – I DFAM (peça 33), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 54), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 79), a sustentação oral do advogado Germano Tavares Pedrosa e Silva - OAB/PI nº 5952, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 95), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, contrariando o parecer do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas, às contas de gestão da Câmara Municipal de Fartura do Piauí**, relativas ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Isaías Ribeiro das Neves - Presidente da Câmara, nos termos do art. 122, II, da Lei Estadual nº 5.888/2009; nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 95). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela aplicação de multa, no valor de **750 UFRs PI ao Sr. Isaías Ribeiro das Neves**, já qualificada nos autos, nos termos do art. 79, I, da Lei Estadual nº 5.888/2009 c/c art. 206, II, do RI TCE PI, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs. 01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 95). **Presentes:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos. **DECISÃO Nº 546/2020. TC/005996/2017 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA P.M. DE CURRAL NOVO DO PIAUÍ/PI. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. Processos Apensados:** **TC/017470/2017** - Representação cumulada com pedido de medida cautelar *inaudita altera pars* proposta pelo Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, contra o Sr. Abel Francisco de Oliveira Júnior, relatando a ausência de documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro 2017 (Documentação Web, mês de janeiro/2017). Representante: Ministério Público de Contas - TCE/PI. Representado: Abel Francisco de Oliveira Júnior – Prefeito. **TC/021841/2017** - Representação com pedido de medida cautelar formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, contra a Prefeitura Municipal de Curral Novo do Piauí, relatando a ausência de documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro de 2017. Representante: Ministério Público de Contas - TCE/PI. Representado: Abel Francisco de Oliveira Júnior – Prefeito. **TC/011493/2017** - Inspeção Extraordinária. Objeto: Inspeção Extraordinária na qual o TCE-PI designou equipe composta por servidores desta Corte para realizarem Inspeção in loco no Município de Curral Novo do Piauí no intuito de verificar as prestações de contas municipais dos meses de janeiro e fevereiro de 2017. Responsável: Abel Francisco de Oliveira Júnior – Prefeito. **TC/016972/2017** – Inspeção. Objeto: Inspeção com o fito de verificar a regularidade de procedimentos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação, referentes a contratações de serviços técnicos especializados de assessoria jurídica e contábil realizados pela Prefeitura Municipal de Curral Novo do Piauí. Responsável: Abel Francisco de Oliveira Júnior. Advogado: Diogo Caldas da Silva – OAB/PI nº 4964. **TC/017032/2017** - Inspeção (JULGADO - Acórdão nº. 1.261/18): Objeto: Inspeção

instaurada por esta Corte de Contas com o intuito de verificar a regularidade da fixação dos subsídios dos Vereadores para a legislatura 2017-2020 da Câmara Municipal de Curral Novo do Piauí. Responsável: Genival Silva Melo – Presidente da Câmara Municipal. **Responsáveis:** Abel Francisco de Oliveira Junior (Prefeito Municipal) e Outros gestores. **Advogados:** Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls. 13/16) e Franklin Wilker de Carvalho e Silva (OAB/PI nº 7.589) e outro (peça 25, fl. 05). **Relator:** Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **PREFEITURA. CONTAS DE GESTÃO. Responsável:** Abel Francisco de Oliveira Junior – Prefeito Municipal. **Advogado(s):** Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls. 15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a sustentação oral do advogado Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 41), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, contrariando o Parecer Ministerial, pelo julgamento de **Regularidade, com ressalvas**, às contas de gestão da Prefeitura Municipal de Curral Novo do Piauí, relativas ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade do Sr. Abel Francisco de Oliveira Junior - Prefeito Municipal, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 41). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **aplicação de multa** no valor de 3.500 UFRs PI, ao Sr. Abel Francisco de Oliveira Junior - Prefeito Municipal, a teor do art. 79, inciso I, da lei supracitada c/c art. 206, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI nº 13/14, de 23/01/2014, págs. 01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 41). Decidiu a Segunda Câmara, **por maioria**, contrariando a proposta de voto do Relator (peça 41), pela **não** comunicação à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão desta Corte. **Vencido**, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara que votou pela Comunicação à Procuradoria Geral de Justiça do teor da decisão desta Corte. **REPRESENTAÇÃO TC/017470/2017 – apensada ao TC/005996/2017. Objeto:** Representação cumulada com pedido de medida cautelar *inaudita altera pars* proposta pelo Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, contra o Sr. Abel Francisco de Oliveira Júnior, relatando a ausência de documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro 2017 (Documentação Web, mês de janeiro/2017). Representante: Ministério Público de Contas - TCE/PI. Representado: Abel Francisco de Oliveira Júnior – Prefeito. **Advogado(s):** Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls. 15, TC/005996/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a sustentação oral do advogado Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 41), do Processo TC/005996/2017, considerando os autos da Representação TC/017470/2017 – apensada ao TC/005996/2017, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **Procedência** da Representação TC/017.470/2017, apensada aos autos, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 41). **REPRESENTAÇÃO TC/021841/2017 – apensada ao TC/005996/2017. Objeto:** Representação com pedido de medida cautelar formulada pelo Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, contra a Prefeitura Municipal de Curral Novo do Piauí, relatando a ausência de documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro de 2017. Representante: Ministério Público de Contas - TCE/PI. Representado: Abel Francisco de Oliveira Júnior – Prefeito. **Advogado(s):** Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls. 15, TC/005996/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a sustentação oral do advogado Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 41), do Processo TC/005996/2017, considerando os autos da Representação TC/021841/2017 – apensada ao TC/005996/2017, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **Procedência** da Representação TC/021.841/2017, apensada aos autos, nos termos

e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 41). **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA TC/011493/2017 – apensada ao TC/005996/2017.** **Objeto:** Inspeção Extraordinária na qual o TCE-PI designou equipe composta por servidores desta Corte para realizarem Inspeção in loco no Município de Curral Novo do Piauí no intuito de verificar as prestações de contas municipais dos meses de janeiro e fevereiro de 2017. Responsável: Abel Francisco de Oliveira Júnior – Prefeito. **Advogado(s):** Tiago Saundes Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls. 15, TC/005996/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a proposta de decisão do Relator (peça 41), do Processo TC/005996/2017, considerando os autos da Inspeção Extraordinária TC/011493/2017 – apensada ao TC/005996/2017, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **Procedência** da Inspeção Extraordinária TC/011.493/17, com **aplicação de multa de 500 UFRs PI**, ao Sr. Abel Francisco de Oliveira Junior - Prefeito Municipal, a teor do art. 79, III e V da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 41). **INSPEÇÃO TC/016972/2017 – apensada ao TC/005996/2017.** **Objeto:** Inspeção com o fito de verificar a regularidade de procedimentos licitatórios, de dispensa e inexigibilidade de licitação, referentes a contratações de serviços técnicos especializados de assessoria jurídica e contábil realizados pela Prefeitura Municipal de Curral Novo do Piauí. Responsável: Abel Francisco de Oliveira Júnior. Advogado: Diogo Caldas da Silva – OAB/PI nº.4964. **Advogado(s):** Tiago Saundes Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls. 15, do processo TC/005996/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a proposta de decisão do Relator (peça 41), do Processo TC/005996/2017, considerando os autos da Inspeção Extraordinária TC/016972/2017 – apensada ao TC/005996/2017, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pelo **Arquivamento sem manifestação de mérito** da inspeção TC/016.972/17, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 41). **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.** **Responsável:** Erasma de Macedo Alves dos Santos - Gestora. **Advogado(s):** Tiago Saundes Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls 16) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a sustentação oral do advogado Tiago Saundes Martins - OAB/PI 4978, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 42), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o Parecer Ministerial, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas**, às contas de gestão do FUNDEB, relativas ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade da Sr.ª Erasma de Macedo Alves dos Santos - gestora do Fundo Especial, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 42). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **não aplicação de multa**, a gestora Sr.ª Erasma de Macedo Alves dos Santos, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 42). **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.** **Responsável:** Vanderlúcia Cavalcante de Lira - Gestora. **Advogado(s):** Tiago Saundes Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls 13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a sustentação oral do advogado Tiago Saundes Martins - OAB/PI 4978, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 43), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o Parecer Ministerial, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas**, às contas de gestão do Fundo Municipal de Saúde, relativas ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade da Sr.ª Vanderlúcia Cavalcante de Lira - gestora do Fundo Especial, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 43). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **não aplicação de multa**, a gestora Sr.ª Vanderlúcia Cavalcante de Lira, nos termos e pelos fundamentos

expostos na proposta de voto do Relator (peça 43). **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS. Responsável:** Nalva de Jesus Macedo - Gestora. **Advogado(s):** Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978 (peça 24, fls 14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a sustentação oral do advogado Tiago Saunders Martins - OAB/PI 4978, que se reportou sobre as falhas apontadas, a proposta de voto do Relator (peça 44), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o Parecer Ministerial, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas**, às contas de gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, relativas ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade da Sr.^a Nalva de Jesus Macedo - gestora do Fundo Especial, nos termos do art. 122, II da Lei Estadual n.º 5.888/2009, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 44). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **não aplicação de multa**, a gestora Sr.^a Nalva de Jesus Macedo, nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 43). **CÂMARA MUNICIPAL. Responsável:** Genival Silva Melo – Presidente da Câmara Municipal. **Advogado(s):** Franklin Wilker de Carvalho e Silva (OAB/PI n.º 7.589) e outro (peça 25, fls 05). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – III DFAM (peça 08), o contraditório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – II DFAM (peça 28), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 30), a proposta de voto do Relator (peça 45), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, concordando com o Parecer Ministerial, pelo julgamento de **Regularidade com Ressalvas**, às contas de gestão da Câmara Municipal de Curral Novo do Piauí, relativas ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade do Sr. Genival Silva Melo - Presidente da Câmara, nos termos do art. 122, II, da Lei Estadual n.º 5.888/2009; nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 45). Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, pela **aplicação de multa** no valor de 400 UFRs PI, ao Sr. Genival Silva Melo, nos termos do art. 79 I, da Lei Estadual n.º 5.888/2009 c/c art. 206, II, do RI TCE PI, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas – FMTC, no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado desta decisão (art. 384, parágrafo único, art. 382 e art. 386 da Resolução TCE/PI n.º 13/11 – Regimento Interno - republicado no Diário Oficial Eletrônico (D.O.E) do TCE/PI n.º 13/14, de 23/01/2014, págs.01/61), nos termos e pelos fundamentos expostos na proposta de voto do Relator (peça 45). **Presentes:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausência por motivo justificado) e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

PROCESSOS NÃO JULGADOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

DECISÃO N.º 529/2020. TC/008375/2019 DENÚNCIA CONTRA A P. M. DE PORTO/PI. Exercício financeiro de 2019. Interessado(s): Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI. **Objeto:** Denúncia apresentada por vereadores da Câmara Municipal de Porto, em face do Sr. Domingos Bacelar de Carvalho, Prefeito Municipal, que pugnam pela nulidade dos atos licitatórios relativos à concessão para delegar o serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário. **Denunciante:** Aluísio Vaz Moreira e outros. **Denunciado:** Domingos Bacelar de Carvalho (Prefeito Municipal de Porto). **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, e nos termos deferidos pelo Relator, Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, pela **retirada de pauta do presente processo por uma sessão**. Desta forma, o citado processo comporá pauta de julgamento na Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara do dia **30/09/2020**. **Presentes:** O Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. **DECISÃO N.º 533/2020. TC/013911/2019. REPRESENTAÇÃO CONTRA A P. M. DE PORTO, EXERCÍCIO DE 2019. Interessado(s):** Águas e Esgotos do Piauí S/A – Agespisa –,



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



Genival Brito de Carvalho (Diretor Presidente), Diniz Neto Soluções de Águas e Esgotos Eireli e Soluções de Águas e Abastecimento de Porto Ltda. **Objeto:** Representação, apresentada pela empresa Águas e Esgotos do Piauí S/A - Agespisa, representada por seu Diretor Presidente, para questionar a legalidade e a legitimidade de procedimento licitatório promovido pelo município de Porto, na modalidade Concorrência Pública, cujo objeto é a concessão da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. **Representantes:** Águas e Esgotos do Piauí S/A – Agespisa, Genival Brito de Carvalho (Diretor Presidente), Diniz Neto Soluções de Águas e Esgotos Eireli e Soluções de Águas e Abastecimento de Porto Ltda. **Representado:** Domingos Bacelar de Carvalho - Prefeito Municipal. **Advogados:** Márcio Pereira da Silva Rocha - OAB/PI nº 11.687 (peça 11, fl. 50, pelo Sr. Domingos Bacelar de Carvalho - Prefeito Municipal), Raquel de Melo Medeiros - OAB/PI 14.326 e Nelson Nery Costa – OAB/PI nº 172/96-B (pelo Sr. Genival Brito de Carvalho - Diretor Presidente). **Relator:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros. Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, ouvido o representante do Ministério Público de Contas e nos termos deferido em sessão pelo Relator, Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, pela **retirada de pauta do presente processo**, nos termos do despacho (peça 34), assim transcrito: Defiro o pedido de retirada de pauta do processo TC/013911/2019, considerando as informações adicionais apresentadas pela DFAM à peça 26, sobre as quais não foi oportunizada a manifestação do gestor representado, a fim de garantir a plena observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Junte-se o presente documento aos autos do TC/013911/2019 e, após, encaminhe-se o feito à Divisão Processual para que notifique o gestor sobre o teor deste despacho, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias, a partir da sua intimação, para manifestar-se sobre as informações prestadas pela DFAM, bem como sobre as informações prestadas pela Agespisa sob Protocolo nº 010504/2020 (peça 33). **Presentes:** O Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausência por motivo justificado no processo) e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

DECISÃO Nº 540/2020. TC/007902/2018 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO/OEIRAS (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017). **Responsável:** Alípio Sady Ibiapina Milerio - Diretor. **Advogado(s) :** Felipe Roney de Carvalho Alencar -OAB/PI nº 8.824 e outro (peça 23, fls 02) e Luan Cantanhede Bezerra de Oliveira – OAB/PI 17571 (Substabelecimento – peça 24) **Relatora:** Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins. Inicialmente, o Advogado Luan Cantanhede Bezerra de Oliveira – OAB/PI 17571 Luan Cantanhede Bezerra de Oliveira – OAB/PI 17571 levantou questão de ordem para informar e reforçar o pedido de retirada de pauta do presente processo, protocolado no dia 18/09/2020. Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, pela **retirada de pauta do presente processo por uma sessão**, a teor do art. 108, da Resolução TCE nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, atendendo solicitação do advogado Luan Cantanhede Bezerra de Oliveira – OAB/PI 17571, nos termos solicitados na peça 23, e deferido pela Relatora, Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, em sessão. Dessa forma, o citado processo comporá pauta de julgamento na Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara do **dia 30/09/2020**. **Presentes:** O Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

DECISÃO Nº 542/2020. TC/006121/2017- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE/PARNAÍBA (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017). **Processos Apensados:** TC/014401/2017 – Denúncia. Denunciada(s): Adrízia Fontinele Carvalho da Silva – Diretora-Geral. Advogado(s): Leonardo Burlamaqui Ferreira (OAB/PI nº 12.795) Marcus Vinicius Santos Spíndola Rodrigues (OAB/PI nº 12.276) Obs: Julgado. TC/007754/2017 – DENÚNCIA Denunciado (s): Adrízia



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



Fontinele Carvalho da Silva – Diretora; Rafael da Silva Ribeiro – Pregoeiro. Advogado(s) Leonardo Burlamaqui Ferreira (OAB/PI nº 12.795) Obs: Julgado. **Responsável:** Adrízia Fontinele Carvalho da Silva – Diretora. **Advogado(s):** Yago de Assunção Oliveira - OAB/PI nº 14.449 (Sem Procuração) e Marcus Vinícius Santos Spíndola Rodrigues OAB/PI nº 12.276 (peça 32, fl. 02). **Relator:** Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara. Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, ouvido o representante do Ministério Público de Contas, pela **retirada de pauta** do presente **processo por duas sessões**, a teor do *art. 108, da Resolução TCE nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI*, atendendo solicitação do advogado Marcus Vinícius Santos Spíndola Rodrigues OAB/PI nº 12.276, nos termos solicitados na peça 32, e deferido pelo Relator, Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, em sessão, e consoante despacho à peça 32. Dessa forma, o citado processo comporá pauta de julgamento na Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara do dia **07/10/2020**. **Presentes:** O Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara em substituição a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausência por motivo justificado no processo), e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

DECISÃO Nº543/2020. TC/002952/2016. PRESTAÇÃO DE CONTAS P. M. DE DOM INOCENCIO/PI. Exercício financeiro de 2016. Processo Apensado: TC/007998/2016 - Inspeção - Acompanhamento concomitante de Licitações e Contratos - P. M. de Dom Inocêncio - exercício financeiro de 2016. Responsável: Luzivalter Dias dos Santos (Prefeito) e autoridade superior em licitação. TC/004335/2016 - Representação contra a P. M. de Dom Inocêncio - exercício financeiro de 2016, noticiando suposta inadimplência. Representante: Companhia Energética do Piauí S/A (Eletrobrás Distribuição Piauí), Representado: Luzivalter Dias dos Santos (Prefeito). Obs: Processo Julgado - Decisão Monocrática nº 009/16 (peça 03) publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE- PI nº 56/16 (pág. 46) de 29/03/2016. TC/018947/2016 - Representação contra a C. M. de Dom Inocêncio, relatando inadimplência no envio das Prestações de Contas referentes aos meses de janeiro a julho de 2016. Representante: Ministério Público de Contas - TCE/PI. Representado: José Nilton de Sousa (Presidente da Câmara Municipal). TC/011302/2016 - Representação contra a P.M. de Dom Inocêncio - exercício financeiro de 2016, relatando suposto descumprimento de comandos normativos importantes à fiscalização da gestão pública, estando em situação irregular no que diz respeito ao atendimento das exigências da Lei de Acesso à Informação. Representante: Ministério Público de Contas - TCE/PI. Representado: Luzivalter Dias dos Santos (Prefeito). Advogado(a): Marcela Tavares Silva OAB/PI Nº 3.931 (sem procuração nos autos, pelo Representado). **Responsáveis:** Luzivalter Dias dos Santos (Prefeito) e outros. **Advogado:** Luzemberg Dias dos Santos (OAB/PE nº 17.602). **Relator:** Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo. Decidiu a Segunda Câmara, **unânime**, ouvido o representante do Ministério Público de Contas e nos termos determinados pelo Relator, pela **retirada de pauta do presente processo com encaminhamento dos autos ao gabinete do Relator, Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo**. **Presentes:** O Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Presidente), a Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara em substituição a Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausência por motivo justificado no processo), e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo.



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Sessão, do que para constar, eu, Conceição de Maria Rosendo Rodrigues Soares, Secretária da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Conselheiros, pelo (a) Procurador (a) e por mim subscrita.

Presidente Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Conselheira Waltânia Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara

Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo Araújo

Procurador do MPC Marcio André Madeira Vasconcelos

*Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE -***ALISSON FELIPE DE ARAUJO:02088518444 - 05/11/2021 08:53:28**

*Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE -***WALTANIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA:34238760344 - 27/10/2021 1**